

## Universidade e ética.

### Ética na Ciência

Principalmente no campo da filosofia, a ética filosófica é geralmente classificada como uma disciplina normativa ou metanormativa (metaética). Na filosofia grega (com Platão e Aristóteles) se pretendia que a investigação e a teoria deviam conduzir a um conhecimento verdadeiro. Na sociologia, Max Weber, preocupado com a objetividade das ciências sociais, propôs uma divisão entre os enunciados das ciências experimentais e os juízos de valor pessoais e subjetivos. Por outro lado, contrapôs dois tipos ideais de ação, uma impulsionada pela “ética da convicção”, na qual quem age com ela considera suas decisões fundamentais sem compromisso com os efeitos imprevistos; nelas corre-se o risco de que as conseqüências inesperadas dos meios prevaleçam por cima dos princípios estabelecidos de modo claro e compreensível, além de que esses princípios possam se corromper. Outra impulsionada pela “ética da responsabilidade” busca realizar os objetivos originais de modo comprometido, considerando também os objetivos secundários de sua ação, a correspondente qualidade moral e os efeitos práticos dos meios e das formas de agir; nelas há o risco de que para se considerar os resultados provisórios e secundários das ações se requeira a comprovação e até mesmo a superação dos princípios originais ou dos objetivos principais que se pretendiam com as decisões.

Como é debatido, com as mudanças profundas nas ciências modernas, juntamente com as mudanças advindas do progresso técnico e das transformações nas dimensões econômica, política, cultural e social, e com os riscos e perigos para a própria sobrevivência da humanidade, irrompeu uma exigência ética-científica, tanto para os cientistas que devem assumir a responsabilidade pelas conseqüências sociais e ecológicas de suas atividades, quanto pelos políticos responsáveis pela vida pública que necessitam publicizar esses riscos e perigos pela aplicação e utilização prática dos resultados das pesquisas e conhecimentos científicos. Nesse sentido, Hillmann (2001: 326), em seu Dicionário Enciclopédico de Sociologia, sustenta que a responsabilidade dos cientistas pressupõe: 1) luta pela manutenção da liberdade da ciência; 2) manter uma atitude crítico-racional diante das tendências sociais dominantes e das forças políticas; 3) não se deixar corromper, nem utilizar, pelos motivos egoístas dos que mandam com o objetivo de manipular e fomentar interesses particulares e condições de vida injustas; 4) rechaçar trabalhos de investigação eticamente irresponsáveis; 5) manter uma estrita separação entre o trabalho científico e o compromisso político; 6) apresentar os resultados de sua investigação de forma compreensível em geral, se eles são necessários para

---

Rev. Ponto-e-Vírgula / PUC-SP [pontoevirgula@pucesp.br]

a ilustração de todos. Para esse autor, “a ética científica proíbe, com relação às pessoas, os experimentos que lesionem os direitos fundamentais (dignidade, liberdade, autonomia e integridade do ser humano). A isso há que se acrescentar o cumprimento da proteção de dados e o respeito da intimidade pessoal” (idem: 326). Nesse Dicionário, o autor também traz contribuições para a compreensão da “ética do trabalho”, da “ética econômica”, da “ética protestante” (analisada por Max Weber), e da “ética social” (defendida pela doutrina social cristã).

### **Ética social**

Vou me apropriar inicialmente de uma reflexão feita pelo professor e filósofo Manfredo Araújo de Oliveira, em exposição feita na PUC/SP, e em seu livro (1993).

No livro, ele expõe o entendimento da concepção ética ocidental, fazendo uma retrospectiva do pensamento de Platão, Aristóteles, Hobbes, Rousseau, Locke, Kant, Hegel e Marx. Ele relaciona as distintas visões, acentuando a “civilização da razão”, a pólis, o indivíduo livre, a auto-emancipação do homem, a totalização, a humanização e a libertação, a normatividade e a eticidade, e a eticidade alternativa. Contrapõe o pensamento clássico, do homem como essencialmente político e que se efetiva na comunidade política, formada de homens iguais e livres; com o pensamento moderno, na qual a comunidade humana passa a valorizar os indivíduos relacionados entre si enquanto proprietários de si mesmos e das coisas. É possível o homem construir uma nova sociabilidade, na qual ele se situa como sujeito verdadeiro, aberto à comunhão com os outros, à concretização da liberdade e da igualdade, que combine moral e ética?

Ele focaliza a ética no sentido de dever-ser, de que ela requer uma tomada de posição face à realidade. Sintetizando, na sua concepção a ética é, portanto, apenas uma revisão radical da vida humana pessoal e coletiva. Em outras palavras, tudo que estamos fazendo em nosso cotidiano serve ou não para a realização de cada um de nós como ser humano. Ele questionava: será que a sociedade brasileira, como está organizada, é legítima, é justificável? Os valores que orientam a vida coletiva brasileira são válidos? A exclusão social de milhões de brasileiros legitima o modelo de desenvolvimento e de organização social vigentes, a exclusão tem razão de ser?

Completando o seu pensamento, a ética tem por medida a justiça social. Nessa mesma perspectiva, num dos documentos da CNBB, os bispos diziam que os pobres são os juízes da democracia. Qual, então, para este

autor, o desafio ético básico da sociedade brasileira hoje? É o reconhecimento da alteridade das classes subalternas, oprimidas, é o outro oprimido. Para isto, faz-se necessário um novo projeto societário, fundado no reconhecimento do outro como explorado, como oprimido, como excluído, o que eleva a consciência individual à consciência universal, aberta à solidariedade, à comunhão com todos os outros.

Outro autor (Dussel, 1987) distingue entre moral (normas, leis, princípios do sistema vigente, aquilo que esse sistema considera como bom) e ética (o que é defendido pelos oprimidos, na luta contra a dominação, as estruturas estabelecidas). “Em que consiste o *ético*? É a práxis – como ação e relação – para o outro como outro, como pessoa, como sagrado, como absoluto. O *ético* não é regido pelas normas morais, pelo que o sistema indica como bom; rege-se pelo que o pobre reclama, pelas necessidades do oprimido [...] O *ético* é assim transcendental ao *moral*. As *morais* são relativas: há moralidade asteca, hispânica, capitalista. Cada uma justifica a práxis da dominação como boa. A *ética* é uma, é absoluta; vale em *toda* situação e para *todas* as épocas” (p. 63-63).

Trazendo a perspectiva de Dussel para a questão da dívida externa, ele sustenta: “[...] é o trabalhador, são as classes dominadas, o povo periférico quem paga os juros de um crédito necessário para o capital central e transnacional, para que os países pobres tenham com que comprar deles e, além disso, as classes dominantes periféricas tenham como realizar seus lucros. Enfim, um mecanismo enorme e complexíssimo, uma gigantesca ‘relação *social*’ de dominação que se fundamenta, ela toda, na exploração da *vida*: no pecado” (p. 180)

O segundo ponto que quero destacar é o sentido dado à questão social, da qual deriva, a meu juízo, um enfoque fundamental a ser dado no tema do compromisso social e da ética, e naquele caso das dívidas sociais. Em trabalho que escrevi (Wanderley, 2000), faço uma longa explanação sobre o significado desse conceito, que vou resumir aqui, por seus impactos nas concepções de universidade, nas diretrizes curriculares, nas ligações das IES com a sociedade em geral.

Para explicitar a orientação, ali proposta, sustentei que a *questão social* fundante, que permanece vigindo sob formas variáveis nesses 500 anos do descobrimento a nossos dias, centra-se nas extremas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social dos países latino-americanos, resultantes dos modos de produção e reprodução social, dos modos de desenvolvimento, que se formaram em cada sociedade nacional e na região em seu complexo. Ela se funda nos conteúdos e formas assimétricos

assumidos pelas relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas, com acento na concentração de poder e de riqueza de classes e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada de outras classes e setores sociais, cujos impactos alcançam todas as dimensões da vida social, do cotidiano às determinações estruturais. A questão social, nesta perspectiva, vem adquirindo novas modalidades, nos últimos tempos, por força das mudanças profundas que estão acontecendo nas relações entre capital e trabalho, nos processos produtivos, na gestão do Estado, nas políticas sociais; e pelo chamado “princípio da exclusão”, que se concretiza tanto da parte dos excluídos do processo produtivo, do trabalho salariado, quanto da parte dos excluídos pela origem étnica, pela identidade cultural, pelas relações de gênero.

Ela se transforma efetivamente em questão social quando é percebida e assumida por um setor da sociedade, que tenta, por algum meio, equacioná-la, torná-la pública, transformá-la em demanda pública, implicando em tensões e conflitos sociais.

As questões sociais latino-americanas se põem, no espaço e no tempo, diferentemente da realidade européia, na instituição da nacionalidade, da esfera estatal, da cidadania, da implantação do capitalismo. Em conseqüência, elas deverão ser entendidas e datadas de modo distinto, tendo em vista as suas peculiaridades. Neste texto, a questão social (interpretada nesse sentido plural) se desdobra e se problematiza nas temáticas indígena, negra, rural, operária, da mulher, e na própria questão nacional. Trazendo para hoje, além da consideração de que essas questões são recorrentes, com oscilações e tendências de maior ou menor monta, é necessário estar atento para os seguintes: desemprego estrutural, economia informal, migrações, exclusão social, desigualdades regionais, entre outros; e considerar que a questão social gerada pelas contradições entre o capital e o trabalho permanece ainda como fundamental.

### **Ética na Universidade (válida, do mesmo modo, para os centros universitários e institutos isolados)**

Desde logo, coloco algumas premissas básicas. Se o foco mais divulgado nas IES e órgãos governamentais é o da *ética na pesquisa*, não se pode olvidar que a proposição sobre a natureza da universidade, como um lugar onde o ensino, a pesquisa e a extensão são indissociáveis, traz necessariamente uma questão: ela deve estar presente em cada uma destas dimensões e nas suas articulações mútuas.

Na concepção de educação – aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto, aprender a ser (Relatório Delors, elaborado pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, da Unesco) – a ética preside o conjunto desses aprendizados.

Se a universidade tem por missão formar homens de cultura, profissionais e técnicos com competência, visão crítica e perspectiva humanística, a ética envolve toda esta concepção.

Nas comunidades acadêmicas, todas as relações entre os membros dos segmentos – docentes, discentes, funcionários – exigem uma base ética.

Todas as instâncias acadêmicas e administrativas devem ser efetivamente democráticas e orientadas pela ética.

A perspectiva defendida pela PUC-SP, e outras IES, no sentido de que elas se caracterizam pelo compromisso social, exige conhecer o que isso significa, compromisso com quem e para quê, e qual a responsabilidade ética de cada um e dos atores coletivos.

Ao abordarmos a complexidade da noção de ética nas IES, nas quais vivem e se formam pessoas, vale registrar o código de ética que vem sendo apontado como conveniente para os profissionais de Gestão de Pessoas (apresentado por Chiavenato, 2000, no dia Internacional do Administrador de Recursos Humanos, apud Souza Neto, 2005). No referido código, ele aponta os seguintes princípios éticos: 1) Dignificar o ser humano; 2) Tornar estratégica a Administração de Recursos Humanos; 3) Compartilhar a administração com os gerentes e suas equipes; 4) Mudar e inovar incessantemente; 5) Dignificar e elevar o trabalho; 6) Promover a felicidade e buscar a satisfação; 7) Respeitar a individualidade de cada pessoa e sua realização pessoal; 8) Enriquecer continuamente o capital humano; 9) Preparar o futuro e criar o destino; 10) Focar o essencial e buscar sinergia. Cito-os aqui, como exemplo de uma orientação muito difundida, por constatar que este conjunto é utilizado na formação de profissionais em distintas áreas das universidades em geral. E destaco o devido cuidado de superar componentes desse discurso que se difunde nesses meios empresariais e profissionais, sem correspondência com a realidade de desigualdades e injustiças que caracterizam a realidade brasileira, expostas nas idéias dos autores antes citadas.

Na *esfera do cotidiano*, como é amplamente sabido, existem situações das quais não se tiram as devidas conseqüências, e nas quais dominam certas práticas de falta explícita de ética, no cotidiano do “convívio” entre pessoas

de cada segmento (professores, estudantes e funcionários) e no relacionamento delas entre os segmentos, tais como: em salas de aulas, em instâncias acadêmicas, administrativas e estudantis, em publicações escritas, entre orientadores e orientandos, nas “igrejinhas” político-ideológicas etc. Por um lado, uma realidade marcada pela inexistência daquela cultura cívica mínima que caracteriza um cidadão, por defeitos de educação, pelo desconhecimento dos direitos e deveres, por desvios de várias ordens; realidade essa que se traduz em atitudes e comportamentos marcados por paternalismo, autoritarismo, presunções, egos elevados, desequilíbrios emocionais, comentários desairosos e fofocas que desqualificam os outros, boatos plantados, depredações, invasões e assim por diante. Por outro lado, um desconhecimento ou abandono dos princípios éticos que devem permear as orientações teóricas e institucionais, e as práticas de todos na vida universitária.

No entendimento sobre a concepção e a dinâmica da ética em geral, a constatação é a de que ela é motivo de desafios e questionamentos! No plano do *ensino*, e suas relações com as pesquisas, ela desaparece ou irrompe falsa em certas indicações bibliográficas, com citações de obras que não condizem com o respeito pelo pensamento do outro. Nas dicas profissionais oferecidas muitas vezes para favorecer o oportunismo e a competição desenfreada. Nas disciplinas que estimulam a manutenção do neoliberalismo perverso. No abandono do saber do outro e na falta de preocupação com o indispensável diálogo que busca a comunicação, o entendimento, e não a presunção de domínio teórico que se torna hermético. Nas ações que pretendem orientar os estudantes segundo visões e critérios impositivos, derivadas da postura de que eles devem internalizar apenas uma dada visão de mundo e concepções teóricas e práticas reducionistas que definem o perfil individual de determinado docente. Em contraposição, numa outra perspectiva, a presença de uma ética comunicativa, dialógica, democratizante, em todos estes aspectos, rompendo esquemas viciados, abrindo horizontes, fortalecendo a troca de saberes, despertando vocações e opções, gerando sociabilidades e ricas amizades, comprometendo o formando com a construção de uma sociedade mais humana, igualitária, livre e fraterna.

No plano específico da *pesquisa*, e que tem muito a ver com as concepções de ensino predominantes, pelo lado adverso, o uso de pesquisadores iniciantes ou juniores, mas não só eles, objetivando muitas vezes vangloriar o orientador e oferecer condições para citá-lo nos relatórios acadêmicos das agências, atualmente tornados públicos no lattes etc. A escolha de temas e de campos empíricos, sem explicitação clara dos pressupostos e objetivos em jogo. A limitadíssima existência de canais de retorno das pesquisas

desenvolvidas aos sujeitos pesquisados (mesmo sabendo das dificuldades hoje prevalentes na editoras, é preciso potencializar os meios de que as dissertações e teses não adormeçam nas bibliotecas e tenham a maior difusão possível, principalmente para aqueles que foram entrevistados e responderam aos questionários utilizados). Na ótica positiva, os impulsos dados aos estudantes, na graduação e na pós, para descobrirem novos caminhos, alcançarem níveis sucessivos de conhecimento, ampliem seus estudos no exterior para conhecerem outras realidades e avancem em seus aprendizados científicos. É válido lembrar, nessa esfera, experiências fecundas de cunho teórico e prático que se desenvolveram em diversos países, principalmente na América Latina, implementadas pelas denominadas *pesquisa participante* e *pesquisa-ação*, nas quais acontece um intercâmbio, colaboração e participação ativa entre pesquisadores e pesquisados. Na nossa Universidade, é valioso indicar diversos projetos, utilizando metodologias inovadoras, em múltiplos campos, com destaque para as que colaboram na formulação de políticas públicas.

Na PUC-SP, neste plano da pesquisa em especial, tem havido um esforço crescente de traçar diretrizes numa direção pertinente, o que vem sendo perseguido em etapas sucessivas, correndo certos riscos de incompreensões e atritos, alias natural nesse tipo de processo. Ele pode e deve ser aperfeiçoado. De minha parte, creio que se pode avançar, desde que haja uma melhor compreensão do que seja a ética em geral, e se estabeleçam e se potencializem os intercâmbios necessários dados pelas conceituações e ações concretas no âmbito ético, que acontecem na integração imperativa entre o ensino, a extensão e a pesquisa, como sustentei nas premissas iniciais; pois a pesquisa não pode ser analisada de forma independente.

No plano da *extensão*, há uma rica variedade de iniciativas que identificam cada IES, por sua inserção em regiões e locais particulares. Do mesmo modo, vigoram projetos mais ou menos éticos. Alguns na esteira de elementos já indicados para o ensino e a pesquisa. Negativamente, a presença dominante da IES numa localidade ou comunidade, que se torna a única responsável pelos recursos e gestão de cada projeto. Sem capacitar os membros ali situados para uma eventual retirada e para um aprendizado de meios e mecanismos de eficiência e eficácia a serem assumidos por suas próprias mãos. Na mesma linha, projetos que objetivam a manutenção do *status quo* e impedem a irrupção de inovações transformadoras. Positivamente, um contato contínuo com grupos e comunidades externas, aproximando-os da instituição universitária, algo em geral desconhecido e muitíssimo distante para eles. Uma via para trazer membros participantes dos projetos, com a finalidade de cursarem a universidade (são conhecidos inúmeros casos de dirigentes, militantes, colaboradores locais que buscam e

entram nas IES para refletirem sobre suas experiências, com sucesso). Um questionar dos conhecimentos teóricos acadêmicos e criação de espaços para um frutífero diálogo entre o saber científico e a cultura popular, ou o chamado senso comum.

Uma realidade complexa e causa de insatisfações de vários tipos vem à luz nas relações entre professores e funcionários, variando em função das competências e cargos ocupados. De ambos os lados, as críticas acontecem pelo desconhecimento de rotinas, da vida pessoal, das condições de trabalho e níveis salariais. Aqui se abre todo um capítulo para estudos mais sistemáticos sobre como a ética penetra essas relações, o que escapa das metas estabelecidas para este texto.

### **Bibliografia**

ANJOS, Márcio Fabri dos. Bioética e Teologia: janelas e interpelações. *Perspectiva Teológica*. Ano XXXIII, n. 89, jan/abril 2001. Belo Horizonte: CES.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981

\_\_\_\_\_. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo:

Brasiliense, 1984.

BRODY, David Eliot, BRODY, Arnold R. *As setes maiores descobertas científicas da História*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

BRUNO, Giordano. *Acerca do infinito, do universo e dos mundos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: UNESP, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE ÉTICA – CONEP/MS. Brasília: MS.

DUSSEL, Enrique. *Ética Comunitária*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HILLMANN, Karl-Heinz. *Diccionario enciclopédico de Sociologia*. Barcelona: Herder, 2001.

LIMA DE FREITAS, MORIN, E., BASARAB, N. *Carta de Transdisciplinaridade*. Portugal: Convento de Arrábida, novembro 1994 (adotada no Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade).

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez/ Brasília: UNESCO, 2000.

NICOLESCU, Basarab. *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. São Paulo: Trion, 1999.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Diálogos entre Razão e Fé*. São Paulo: Paulinas, 2000.

PRIGOGINE, Lyia. *Ciência, razão e paixão*. Belém: EDUEPA, 2001.

RESOLUÇÃO 196/96. Conselho Nacional de Saúde. Brasília: MS.

SOUZA NETO, João Clemente (org.). *Ética – reflexões contemporâneas*. São Paulo: Arauco editora, 2005.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, C.R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. ONGs e universidades: desafios atuais. IN: HADDAD, Sérgio (org.). *ONGs e universidades – desafios para a cooepração na América Latina*. São Paulo: Peirópolis/ABONG, 2002.

\_\_\_\_\_. Universidades e sociedades: consensos e dissensos. *Serviço Social & Sociedade*, Ano XXVI, V. 81, março 2005. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_. *Educação Popular: metamorfoses e veredas*. São Paulo: Cortez, 2010.

DECLARAÇÕES MUNDIAIS. Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos (1997); Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos Humanos (2003); Declaração Universal sobre Bioética e Direitos (2005).

\* Trechos do presente texto foram publicados na Revista PUC Viva Ano 7, No. 27, julho a setembro de 2006, sobre *Ética na Pesquisa*.